

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.722 - SP (2018/0214064-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : JOSÉ RENATO NOGUEIRA FERNANDES E OUTRO(S) - SP209129
DENISE CRISTIANE GARCIA - SP220629
LEILA RAQUEL GARCIA - SP164678
PEDRO ANTONIO CHARTIER MARTINS BITTENCOURT - SP371403
AGRAVADO : RAFAELLA CALIXTO OLIVEIRA
ADVOGADOS : DYEGO KOZAKEVIC FIGUEIREDO - SP300660
GUILHERME MONTE ABLAS STANISLAU DE MENDONÇA - SP292602

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ASTREINTES. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO. INVIABILIDADE DE REEXAME DAS PROVAS DOS AUTOS. DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL DEMONSTRADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS. REVISÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Depreende-se dos autos que RAFAELLA CALIXTO OLIVEIRA (RAFAELLA) ajuizou ação contra a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – CASSI (CASSI), na qual teriam sido julgados parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condenar a ré a custear todos os serviços médicos e hospitalares junto ao UAMS – *University of Arkansas for Medical Sciences*, nos Estados Unidos da América, bem como custear a estadia da autora para a sua permanência, incluindo ajuda de custo, hospedagem, alimentação, transporte e remédios, sob pena de multa diária.

Mais adiante, RAFAELLA ajuizou incidente de liquidação de sentença por cálculo aritmético e requereu, com fulcro no art. 475-B, § 1º, do CPC/73, a intimação da CASSI para apresentar documentos para o cálculo das astreintes a serem executadas, sob a alegação de que a ré teria descumprido a determinação judicial.

Superior Tribunal de Justiça

Por seu turno, o Juízo de primeira instância determinou a intimação da CASSI, nos termos do art. 475-B, § 1º, do CPC/73 (e-STJ, fl. 59).

Em face de tal decisão interlocutória, a CASSI interpôs agravo de instrumento, não provido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em acórdão assim ementado:

Liquidação por arbitramento. Astreintes. Inequívocos descumprimentos da obrigação de fazer, tanto que houve necessidade de aplicação de multa e majoração da sanção. Desnecessidade de apuração de fato novo. Cálculo aritmético que apenas depende de dados existentes em poder da devedora. Aplicação do artigo 475-B do Código de Processo Civil de 1.973 e seus parágrafos. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 283)

Os embargos de declaração opostos por RAFAELLA foram acolhidos sem efeitos modificativos, apenas para retificar o nome das partes no acórdão (e-STJ, fls. 420/421).

Os aclaratórios opostos pela CASSI foram rejeitados (e-STJ, fls. 477/479).

Inconformada, a CASSI interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando, em síntese, violação dos arts. 272, 280 e 1.022 do NCPC e 267, 295, 475-B, 475-E, 475-F e 535 do CPC/73, porque (1) em virtude de erro material no cadastramento digital do agravo de instrumento, a CASSI foi intimada no lugar da agravada, dando ensejo à nulidade; (2) teria cumprido a decisão que concedeu tutela antecipada; (3) a liquidação pretendida não demanda apenas cálculo aritmético, pois a execução depende de prova do descumprimento da ordem exarada no processo originário; e (4) se comprovado o descumprimento, a liquidação da multa deveria se dar por artigos (e-STJ, fls. 288/303).

O apelo nobre foi inadmitido pelo TJSP, porque as razões recursais demandariam o revolvimento das provas dos autos (e-STJ, fls. 506/507).

Em seguida, CASSI interpôs agravo em recurso especial, sustentando o afastamento dos mencionados óbices (e-STJ, fls. 510/517).

Houve contraminuta (e-STJ, fls. 522/537).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo

Superior Tribunal de Justiça

nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da nulidade da intimação

Nas razões do recurso especial, a CASSI sustentou que o cabeçalho do acórdão estadual fez constar o seu nome como agravada e o de RAFAELLA como agravante. Acrescentou que esse erro material teria acarretado prejuízo, já que o despacho determinando que a agravante deveria tomar ciência dos documentos juntados pela agravada teria sido publicado com o mesmo equívoco, prejudicando suas possibilidades de defesa na demanda.

Sem embargo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento dos embargos de declaração opostos pela CASSI, consignou expressamente a inexistência de nulidade, pois apesar do erro material no cabeçalho do acórdão, o despacho teria designado corretamente a parte a ser intimada.

Desta feita, forçoso se faz concluir que o Tribunal paulista enfrentou a alegação suscitada pelo recorrente e, com fulcro nas provas dos autos, afastou a nulidade em comento, o que não poderia ser revisto sem esbarrar na vedação da Súmula nº 7 do STJ.

(2) Do cumprimento da determinação judicial

A CASSI sustentou também que teria adimplido com a obrigação que lhe fora imposta e que inexistiria fato a ensejar a incidência de multa em seu desfavor.

Não obstante, o Tribunal paulista descreveu, de forma minudente, a recalcitrância da recorrente em cumprir com a determinação judicial. Nesse sentido, transcreve-se:

De efeito, a contenda judicial entre as partes iniciou-se em 2004, ano em que a beneficiária do plano de saúde da agravante ajuizou ação em busca de compeli-la a custear seu tratamento no exterior.

Desde então, mesmo com ordem judicial de pagamento das despesas, a recorrente recalcitra no cumprimento, tendo havido necessidade de imposição de multa na medida cautelar (R\$ 10.000,00 por dia), na ação principal (R\$ 50.000,00 por dia) e, ainda, de majoração (para R\$ 300.000,00 por dia), conforme se vê às fls. 43 dos autos digitais de primeira instância.

Assim, a presente execução não visa à demonstração de descumprimento ou não da obrigação de fazer, já que inegável.

Superior Tribunal de Justiça

(e-STJ, fl. 284)

Conforme se nota, do contexto fático delineado pela Corte Estadual emerge clarividente o descumprimento da ordem judicial pela CASSI, a justificar a aplicação da multa, o que somente poderia ser revisto mediante nova incursão no acervo fático-probatório dos autos, inviável na estreita via do recurso especial.

(3) e (4) Da liquidação

Impossível aferir se a liquidação de sentença deve ser efetivada por simples cálculo aritmético ou mediante liquidação por artigos sem nova análise das provas dos autos. Incide, assim, a Súmula nº 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. INTIMAÇÃO TÁCITA. PRECEDENTES DO STJ. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DESNECESSIDADE. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Na espécie, verifica-se que, ante a apresentação dos cálculos pelo credor, o juiz de primeiro grau determinou o cumprimento de sentença. Nesse passo, a agravante se antecipou e peticionou nos autos requerendo o procedimento de liquidação de sentença por perícia com fundamento na complexidade da matéria, ocasião em que a Corte estadual a considerou regularmente intimada, diante do comparecimento espontâneo.

2. No que tange à validade da intimação, observa-se que o acórdão recorrido guarda consonância com o entendimento perfilhado por este Tribunal Superior, no sentido de que o comparecimento espontâneo torna inequívoca a ciência da decisão impugnada, suprindo, assim, a intimação da parte executada.

3. A Corte de origem concluiu que a quantia a ser paga pela agravante poderia ser fixada mediante elaboração de cálculos aritméticos, sendo desnecessária a liquidação por artigos ou arbitramento. Desse modo, aferir se a liquidação de sentença deve ser efetivada por simples cálculo aritmético ou mediante liquidação por artigos na ação coletiva enseja o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência que atrai o óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.330.364/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 25/6/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, com fundamento no art. 932 do NCPC, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, uma vez que tal medida é inaplicável à espécie.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

